

ENSAIO SOBRE O ESPAÇO COMUM LUIZ ESTRELA

Joviano Maia Mayer¹
Mariana Angelis²

Resumo: Partimos de uma experiência coletiva inspiradora, o Espaço Comum Luiz Estrela, para refletir sobre autogestão, cultura e arte, e suas potências frente ao fascismo-neoliberal contemporâneo. Situado em Belo Horizonte, Minas Gerais, esse centro cultural nasceu em 2013, com a retomada organizada de um imóvel público tombado que se encontrava em situação de abandono e degradação. Nesses 7 anos de construção horizontal, o espaço se tornou referência de produção colaborativa e resistência *artista*, precedente importante da implicação da comunidade na preservação do patrimônio histórico, com amparo constitucional. O Estrela demonstra que a comunidade pode sim retomar para si a responsabilidade de proteção dos bens culturais, inclusive contra a ação privatizante ou degradante do Estado-capital. Nesse sentido, esse território comum se constrói na afirmação de outras práticas possíveis dentro do espaço urbano, em que é preciso lutar por outros modos de existir, criar, relacionar-se. Em tempos de avanço do fascismo e dos discursos de ódio, fundamental ampliar a constelação de experimentos em autogestão, confluir, transfluir e abrir caminhos. Pode a autogestão ser uma resposta? Loucura; arte; Juscelino Kubitschek; superação da dicotomia micro e macropolítica; e um diagrama organizativo em círculos concêntricos são alguns dos temas que atravessam nosso percurso neste livre caminhar.

Palavras-chave: Espaço Comum Luiz Estrela; autogestão; arte; ocupação.

*Na porta do cemitério
Exu Caveira é o maior
Não tem carne
Ele é osso só
(ponto de Exu Caveira)*

O casarão tombado que hoje abriga o Espaço Comum Luiz Estrela, em Belo Horizonte, está sob a guarda e a proteção de Seu João, uma entidade espiritual da falange dos Esù Caveira. Laroie! Agô! Assim, pedimos licença, para falar dessa experiência coletiva em autogestão a partir da retomada organizada de um imóvel público, um patrimônio histórico, que à época se encontrava em situação de completo abandono e degradação estrutural.

A organização desta retomada começou em abril de 2013 (pouco antes das chamadas *jornadas de junho*) e culminou na ocupação no dia 26 de outubro desse mesmo ano. A história dessa construção coletiva potente e exitosa tem sido narrada em

¹ Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais.
mayerjoviano@gmail.com

² Mestra em Artes pela Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG. mariana.angelis1@gmail.com

outros trabalhos³. Exitosa no sentido de ter superado inicialmente a ameaça de reintegração de posse. A posse do imóvel ainda é precária, frágil, mas superamos inicialmente o conflito pela segurança da posse. Conquistamos a cessão de uso com menos de dois meses de ocupação, garantimos a possibilidade de autogestão desse Espaço que se tornou referência de produção colaborativa e resistência *artista*⁴. São mais de sete anos de autogestão, aprendemos muito ao longo desses anos.

Estrela nos ensinou muito porque, a partir da superação do conflito pela segurança da posse, a luta contra o despejo, abriu-se um horizonte de infinitas possibilidades quanto à autogestão. Isso é muito recorrente nas ocupações: o conflito pela segurança da posse, a luta contra o desalojamento centraliza as energias, todas as forças coletivas, em torno dessa dimensão conflitual. Muitos caminhos foram abertos, *infinitas encruzilhadas* sob a proteção de Seu João Caveira.



Figura 1 Registro do dia da ocupação do imóvel. Acervo Espaço Comum Luiz Estrela, 2013.

As resistências expressam uma dimensão *destituinte* e uma dimensão *constituente*. Uma dimensão *destituinte* de enfrentamento e ação direta que, nesse caso, se materializou com a ocupação do imóvel e a luta contra o Estado e contra a entidade privada que reivindicava a posse do imóvel, a Feluma (Fundação Educacional Lucas

³ Nesse sentido, ver: Maia Mayer, 2015. Outro trabalho recomendado é a dissertação de mestrado de Liliane Augusta Pereira: *Os movimentos insurgentes e o patrimônio: o surgimento do Espaço Comum Luiz Estrela em Belo Horizonte, Minas Gerais* (Pereira, 2018a).

⁴ Sobre *ativismo* recomendamos a leitura da tese de Isaque Ribeiro: *Performance artista em Belo Horizonte 2007 - 2015 + a performance real*. (Ribeiro, 2017).

Machado). E uma dimensão *constituente* caracterizada pela produção, ali naquele território, de outras práticas, outras formas de se relacionar e criar no espaço.

Não só no caso do Estrela, que é, digamos, uma ocupação cultural, mas nas ocupações de moradia isso é muito perceptível. Então, esse é um desafio que continua colocado para as organizações com trabalho territorial, mas também em todo trabalho comunitário, *tarefa-amor* (Evaristo, 2017), isso é uma questão a ser refletida e trabalhada coletivamente. E o Estrela é, sem dúvidas, um caso de amor... Como diz bell hooks, *há espaços onde os pensamentos e as preocupações convergem* (hooks, 2019, p. 44-45).

Ou seja, como criar espaços de compartilhamento produtivos, encontros, atividades culturais, organização comunitária que estejam para além do conflito frente ao Estado-capital? Aquilo que chamamos de *dimensão constituinte*. Como favorecer o agenciamento, a mobilização das pessoas, a organização do território, independentemente da existência de conflito, orientada por outras práticas?

Mas há, nas insurreições contemporâneas, algo que os desconcerta de modo particular: elas não partem mais de ideologias políticas, mas de verdades éticas. (Comitê Invisível, 2016, p. 53).

No Espaço Comum Luiz Estrela pudemos experimentar essa possibilidade de agenciar um sem-número de pessoas em torno de um projeto colaborativo, criativo e ao mesmo tempo que aponta para um horizonte de enfrentamento a tudo que está posto nesta sociedade capitalista-neoliberal-colonialista que privilegia o isolamento, o privado, processos hierarquizados, antidemocráticos, corruptos... E o Estrela se constrói não só na negação de tudo isso, mas na afirmação de outras formas, outras práticas possíveis dentro do espaço urbano, nesta *metrópole biopolítica* (Maia Mayer, 2015) em que é primordial lutar por outros modos de existir. Porém, é preciso partir do entendimento de que:

(...) sociedade do espetáculo, sociedade de controle, era da biopolítica, capitalismo pós-fordista, Império, estado de exceção. E, claro, nenhuma dessas expressões por si só dá conta do contexto singularíssimo do Brasil, onde tudo isso se combina com

especificidades históricas, antropológicas, com as heranças várias que persistem em graus diversos, como já mencionamos, toda uma biopolítica racista que vai de par com uma modernidade autoglorificada. (Pelbart, 2019, p. 115).

Ao longo desses anos foi possível ser também espaço de agenciamento de inúmeras lutas na cidade. Este casarão articulou muitos processos, se conectou com muitas causas, fortaleceu a resistência das ocupações da Izidora, sobretudo em 2014 e 2015, esteve junto com o movimento feminista na Marcha das Vadias. Várias pessoas do Estrela estavam também na construção da *Mostra Diversas* durante o 08 de março (dia internacional de luta das mulheres); com a luta antimanicomial, foram muitas rodas de conversas, espaço de trocas, sobre o tema da loucura e da resistência antimanicomial.

A loucura é um tema que sempre perpassou o Espaço Comum Luiz Estrela, assim como a luta em defesa das pessoas em situação de rua. Luiz Otávio Estrela, que deu nome a este casarão, foi uma pessoa em situação de rua, usuário do sistema de saúde mental.

As pautas que atravessaram a vida de Luiz Estrela nos atravessam também aqui neste espaço comum. Inclusive chegamos a trabalhar oficina de teatro com usuários do Centro Mineiro de Toxicomania – CMT. Não diríamos que é coincidência; talvez uma *transfluência*, como fala Nêgo Bispo (Santos, 2015), encontro que se dá em outra dimensão, para além da materialidade da vida e que guarda relação com fluxos de outra ordem, cósmica, sensitiva, espiritual. Em 2018, recebemos a notícia de que o CMT será instalado aqui no prédio ao lado do Espaço Comum Luiz Estrela, sendo que o Luiz Otávio Estrela, como dito, foi usuário do CMT e também já trabalhamos oficina de Teatro do Oprimido com os usuários do Centro Mineiro de Toxicomania. São muitas “falsas coincidências”, falsas porque coincidência também é, como Nêgo Bispo fala, um dispositivo colonialista para diminuir a importância e o papel das *confluências* e das *transfluências* que ocorrem na vida cotidiana.

É assim que nos tornamos testemunhas, seus advogados, seus “porta-existência”, diz Lapoujade: carregamos sua existência assim como eles carregam a nossa, na medida em que, sob certo ponto de vista, só existimos quando fazemos existir outros, ou que ampliamos outras existências, ou quando vemos “alma” ou “força” ali onde

outros nada viam ou sentiam, e assim fazemos com eles causa comum (Pelbart, 2016, p. 398).

E aqui foram muitas *transfluências*. Teve até uma carta psicografada de Juscelino Kubitschek que nos enviou bem no calor da luta contra o despejo, nos primeiros dias da ocupação. JK apoiando a iniciativa da *juventude ocupacionista*, em suas palavras. Essa carta chegou aqui enviada por um centro espírita de Santa Luzia (MG).

Ao longo do processo de negociação com o governo do Estado, recebemos no casarão, remetida por um centro espírita, uma carta do Presidente Juscelino Kubitschek psicografada por um médium na qual o “23º Presidente da República Federativa do Brasil, cassado em 8 de junho de 1964”, opõe-se ao projeto da FELUMA para o imóvel (Memorial JK), reivindica a investigação da sua morte e defende com veemência a manutenção do Espaço Comum Luiz Estrela. Nestes termos, finaliza a carta: “A casa da Rua Manaus não deverá sucumbir a destinos mesquinhos”. Depois soubemos que a FHEMIG, o governo do Estado e a FELUMA também haviam recebido a carta psicografada do JK (Maia Mayer, 2015, p. 205-206).

Mais recentemente, descobrimos que o casarão teve relação com a construção da própria trajetória política dessa figura: Juscelino Kubitschek trabalhou como médico no casarão quando ainda funcionava o Hospital Militar, por cerca de três anos. Chegou até nós, pela vizinhança, uma história oral de que JK, quando trabalhava no hospital, presenciou um grave acidente de carro, ali próximo, na encruzilhada da Rua Manaus com a Av. Brasil, ao lado do Primeiro Batalhão da Força Pública Mineira, hoje chamada polícia militar de Minas Gerais. Juscelino presenciou esse acidente, ajudando a salvar a vida do motorista, que era um deputado. E foi esse deputado que levou Juscelino para a política; que até então apenas exercia sua carreira de médico ali. Então podemos dizer que o casarão fez parte da trajetória que levou Juscelino Kubitschek à Presidência da República. Muito louco isso. Tudo no Estrela é muito louco, por isso buscamos reconciliar loucura e arte neste espaço.

O que a razão quer, desde seu nascimento platônico, é rejeitar uma parte da vida, a que muda, a que delira, a que morre. O que a razão quer é produzir um mundo de identidades e verdades, um mundo

previsível e claro. Em consequência, tudo que é escuro, imprevisto, móvel, múltiplo, é excluído, transposto para o lugar do erro, da ilusão, do mal. É nesse espaço que se insere a loucura. E muitas vezes a arte. (Mosé, 2001, p. 22).

Essa cisão precisa ser superada, essa separação absurda feita pela modernidade⁵ ao confinar a loucura nos porões tenebrosos das estruturas manicomiais, psiquiátricas (*biopoder*⁶). A gente aqui percebe o potencial artístico, criativo, da loucura. Muitas pessoas que passam pelo Estrela já experimentaram situações, experiências no campo da loucura. A gente brinca que no Estrela quem ainda não surtou ainda há de surtar: para-raios de louco esse lugar. E todas as montagens teatrais da Trupe Estrela dialogam com o tema da loucura.

Os loucos são como beija-flores. Nunca pousam. Estão sempre a dois metros do chão. A supremacia da pouca lucidez, fim das convenções domesticadas. O princípio da loucura é a realidade imposta e inventada. Anseios não se prendem, nem se aprendem. O mistério da razão é o que contrapõe a sanidade. [...] Não podemos admitir que se impeça o livre desenvolvimento de um delírio, tão legítimo e lógico como qualquer outra série de idéias e atos humanos. E o que é um autêntico louco? [...] Gente curada demais é gente chata. Todo mundo tem um pouco de loucura. E vou lhes fazer um pedido, viva a imaginação, ela é nossa mais profunda verdade. A cura está no afeto! A cura está no afeto! (Trupe Estrela, 2017, s.p).

Para despistar a vizinhança e a polícia (o primeiro batalhão da PM fica há duas quadras do Estrela), nós ocupamos o casarão fazendo teatro, dispositivo de *guerrilha* para retomar em favor do comum o hospital público abandonado.

O plano de entrada no casarão, coletivamente construído, consistiu no seguinte: na noite do dia 24 de outubro de 2013, uma quinta-feira, foi realizado um “ensaio geral” do “espetáculo” que teria a estreia nos próximos dias. Nessa noite, duas pessoas entraram no casarão, utilizando os elementos cenográficos, como cordas e escada, enquanto as cenas eram repassadas pelas atrizes e atores, sem despertar qualquer suspeita na vizinhança, nem mesmo na polícia militar que passou por lá no momento do “ensaio”. Essas duas pessoas, que ficaram todo o tempo conectadas com o grupo externo depois de adentrar no casarão, fariam ao longo do dia 25 de outubro um desenho com a planta do imóvel, com a descrição da situação de

⁵ Na realidade, a ligação entre modernidade e o terror provém de várias fontes (Mbembe, 2018, p. 21).

⁶ Conceito criado por Michel Foucault (1977).

todos os cômodos, metragem, fotos, apuração de danos estruturais etc. Além disso, estariam responsáveis pela abertura (por dentro) das portas principais do casarão para que, no alvorecer do dia 26 de outubro, um sábado de primavera, pudessem ser recebidas de portas abertas as pessoas que atuaram na estreia da montagem que apresentou para a cidade o Espaço Comum Luiz Estrela. Não houve, assim, arrombamento ou qualquer dano ao casarão. Tudo transcorreu como num teatro multitudinário no qual até a polícia (com figurino horrível) compõe a cena. Os primeiros policiais que chegaram para atender ao chamado do 190 se espantaram quando encontraram personagens montados, músicos, palhaços e um casarão, até então degradado, triste e feio, cheio de alegria, cores e festa. Sequer registraram o B.O... Nunca na minha vida havia participado de uma ocupação na qual a autoridade policial sequer tenha registrado um boletim de ocorrência. O verdadeiro crime ali era a omissão do poder público quanto à proteção do bem tombado. O registro da ocorrência foi feito somente depois, quando apareceu uma fundação privada alegando a posse do imóvel. (Maia Mayer, 2015, p. 202-203)⁷.

Dizemos assim que a Trupe Estrela, grupo de teatro político do Espaço, nasceu com a entrada no casarão. Ao longo desses sete anos foram várias montagens teatrais, entre elas o espetáculo *Assembleia Comum* (2015), que é um dispositivo teatral cartográfico que tem inspiração no teatro-fórum. Em 2019, a *Assembleia Comum* foi apresentada no Centro Cultural da UFMG, dentro da programação do Festival de Verão da UFMG, tendo sido apresentada todos os anos desde 2015, quando foi montada pela primeira vez. A peça também foi realizada nas ocupações Dandara e Rosa Leão (Izidora), dentro da programação do FIT – Festival Internacional de Teatro de Belo Horizonte, em 2018.

Como e em que medida o fazer teatral, com suas experiências sensoriais, estabelece um diálogo constante com os espaços urbanos a ponto de tornar-se um fator importante na relação do cidadão com a sua cidade, com seus territórios de identidade e com as inúmeras outras questões que permeiam sua existência em um dado lugar? [...] O teatro é, pois, filho do espaço urbano e de todas as novas configurações humanas e sociais que nascem com a cidade. A relação entre o fazer teatral e a cidade mantém-se, ainda hoje, extremamente viva. A arte, talvez, mais do que nunca, encontra na cidade um local privilegiado de inspiração e espaço para sua manifestação. (Souza, 2015, p. 9).

⁷ Tem um vídeo da apresentação cênica, pré-estreia da ocupação, disponível no canal do Estrela no Youtube, o qual pode ser visto pelo link <<https://www.youtube.com/watch?v=KgFhTfp4GFQ>>. Acesso em 26 de agosto de 2020. A primeira negociação com a polícia também ficou registrada em vídeo disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=lj1hNFo22rs>> Acesso em 26 de agosto de 2020.

Além da Trupe Estrela, funciona ainda no Espaço o Núcleo de Restauro e Memória, que, graças ao seu trabalho colaborativo, por meio de oficinas e com uma proposta muito ousada de projeto de restauro do imóvel, recebeu o maior prêmio do patrimônio histórico nacional, concedido em 2017, por ocasião dos oitenta anos do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Nacional, o prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Esse prêmio sinaliza um entendimento do órgão (IPHAN) sobre a importância desses processos de implicação da comunidade na preservação do patrimônio histórico, dando concretude ao preceito constitucional previsto no artigo 216, parágrafo primeiro, segundo o qual também cabe à comunidade contribuir para a preservação do patrimônio cultural brasileiro e não somente ao estado:

O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (CF/88, § 1º, art. 216).

Essa mudança paradigmática da Constituição Federal de 1988 foi muito importante na resistência do Espaço Comum Luiz Estrela, ainda mais neste contexto de precarização da política pública em torno do patrimônio histórico nacional, e da cultura. Nestes tempos em que museus são queimados, como o triste episódio do Museu Nacional no Rio de Janeiro, em 2018, no incêndio e destruição quase completa do maior acervo histórico do país. Diante da precarização do IPHAN, órgão cada vez mais sucateado, o Estrela se coloca como um precedente muito importante da implicação da comunidade na preservação do patrimônio histórico, com amparo constitucional.

Na época da ocupação, nós usamos isso como fundamento no recurso contra a decisão que havia concedido a liminar de reintegração de posse⁸ e conquistamos a suspensão da ordem, sobretudo com base nesse argumento, de que a comunidade pode tomar medidas acautelatórias para garantir a preservação do patrimônio público.

Ou seja, o Estado-capital deixou o imóvel tombado em situação de avançada degradação, de ameaça (quando ocupado, o casarão estava quase caindo, chegamos

⁸ Processo nº. 3760090-16.2013.8.13.0024, Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Comarca de Belo Horizonte, 26ª vara Cível.

inclusive a tomar como medida emergencial o escoramento do imóvel) e aí este argumento: se o Estado-colonial deixa o bem público neste estado-deplorável, nós, como sociedade civil organizada, ou melhor, como comunidade organizada, retomamos para garantir a restauração do bem que goza de proteção como patrimônio histórico.

O imóvel é tombado. Além de fazer parte do Conjunto Urbano da Praça Floriano Peixoto, ele tem o seu tombamento individual de fachada, telhado e volume, por sua riqueza arquitetônica, mas sobretudo pela memória que ele guarda. Triste memória que finalmente pôde ser resgatada:

Nós não escolhemos esse casarão, ele nos escolheu. Ele precisava ser aberto. Respirar após 19 anos de abandono. Duas décadas de descaso, degradação e descumprimento da função social da propriedade. Propriedade pública, no caso, responsabilidade do Estado. Dezenove anos, lapso temporal que agora vejo como os anos em que o casarão descansou, a morte estritamente necessária, depois de tanta dor e sofrimento, o tanto suficiente sem apagar o filete de vida que resistiu, a partir do qual foi possível renascer. Quantas camadas mais pode este espaço receber? De hospital militar a hospital psiquiátrico infantil, escola pública e agora centro cultural autogestionado. Que ousado investir na construção de um espaço comum no lugar onde outrora colocavam crianças no cárcere. [...] Tem muita memória esse casarão... Nessas paredes, desenhos de dor e sofrimento inscritos por dedos infante-juvenis, histórias e vivências que finalmente podem vir à superfície, sair do calabouço e permitir a redenção da dor silenciosamente prolongada, a libertação dos gritos trancafiados e da memória ameaçada de morte pela dolosa omissão da força pública. Coloquem os ouvidos nas paredes. Estão ouvindo? Xiiiiiii... Silêncio... Às vezes ouvimos aqui “um eco de outras [vozes] já silenciadas”. (Trupe Estrela, 2018, s.p).

São muitos e múltiplos os ensinamentos que essa história carrega, não cabe a uma ou duas pessoas tentar esgotar tudo aquilo que este lugar traz de potência, saberes e mistério. São múltiplas vozes, múltiplos agenciamentos e forças que atravessam este Espaço. Para nós, os aprendizados mais valiosos giram em torno da autogestão e suas infinitas possibilidades de agenciamento.

Pensamos, por exemplo, como a autogestão pode ser uma resposta a essa pauta tão capturada pelas forças colonialistas que é o discurso do combate à corrupção. Porque nós aqui conseguimos, por meio da autogestão, de modo transparente, horizontal e colaborativo, fazer o que nem a iniciativa privada orientada pelo lucro, nem o próprio

Estado, a Administração Pública (quase sempre mancomunada com a iniciativa privada), conseguiria fazer.

A Feluma, fundação privada que detinha a cessão de uso do espaço na época da ocupação, apresentou um projeto orçado em mais de oito milhões de reais, projeto de restauro e implantação de um museu (*Memorial JK*) sem qualquer participação da comunidade (nem o presidente cassado queria, como nos disse na carta psicografada). E nós conseguimos elaborar um projeto de restauro que não passava de dois milhões de reais.

Ao longo desses anos, foi feita muita coisa nesse espaço, superando todas as expectativas em termos orçamentários. Vamos citar um exemplo. O telhado, cuja restauração estava prevista para meio milhão, quinhentos mil reais, nós conseguimos restaurá-lo - na verdade fazer um novo telhado com as mesmas medidas e características originais -, e além disso fazer o colamento das trincas e retirar a laje que tencionava as paredes laterais e ameaçavam de demolição o prédio, por menos de cento e vinte mil reais, graças a um projeto aprovado no Fundo Estadual de Cultura. E graças também à forma como foi elaborado o projeto, conduzida e executada a obra, por meio de oficinas, tendo no comando uma equipe de arquitetura e engenharia ligada ao espaço que trabalhou de maneira voluntária e também uma Mestra de obras contratada que conduzia as oficinas de construção civil. Todo o processo foi construído por meio de oficinas abertas, com envolvimento e colaboração.

E qual a relação disso com a questão da corrupção? Em tempos de captura discursiva da pauta do combate à corrupção, os nossos experimentos de autogestão trazem uma resposta concreta, real, de enfrentamento à corrupção. Vamos jogar luz sobre essas experiências para ampliar suas escalas e orientar os modos de gestão dos bens comuns. O capital sempre foi colonialista e corrupto.

A importância do tema da corrupção reinante em praticamente todas as revoltas contemporâneas atesta que elas são éticas antes de políticas, ou que são políticas precisamente naquilo que desprezam da política, incluindo aí a política radical. (Comitê Invisível, 2016, p. 60).

O Espaço Comum Luiz Estrela numa dimensão local, dentro da sua realidade, é uma prova de que a implicação da comunidade, o envolvimento das pessoas nos processos de autogestão, de construção colaborativa em teia, a implicação cidadã, democrática das pessoas, é a melhor atitude-resposta à luta contra a corrupção. Porque a corrupção está no DNA do capitalismo, está no DNA do Estado, do neoliberalismo, e o combate efetivo à corrupção se dá pela implicação real das pessoas. Os governos não tem nenhuma legitimidade para falar de luta contra a corrupção, soa ridículo quando não há envolvimento e participação efetiva da comunidade.

De implicação da comunidade no manejo dos recursos públicos dentro de uma perspectiva do comum, dos espaços comuns que podem garantir uma aplicação mais eficiente, com mais economia dos recursos públicos, mais transparência e fortalecendo a participação cidadã.

O que aqui se constrói não é nem a “sociedade nova” em seu estado embrionário, nem a organização que finalmente derrubará o poder para constituir um novo, é antes a potência coletiva que, por via da sua consistência e da sua inteligência, condena o poder à impotência, frustrando, uma a uma, todas as suas manobras. (Comitê Invisível, 2016, p. 53).

Nesses anos de autogestão, aprovamos e aplicamos cerca de trezentos mil reais a partir de projetos do Fundo Estadual de Cultura, do Fundo Municipal de Cultura, a partir de crowdfunding⁹, por meio do “Catarse”, em que arrecadamos mais de cinquenta mil reais logo no primeiro ano da ocupação, bem como com o prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, pelo qual nos foram concedidos trinta mil reais. Conquistamos recursos também junto ao Ministério Público, à Promotoria de Defesa do Patrimônio Histórico, quase cem mil reais; e tudo isso com gestão horizontal, colaborativa e com transparência, prestação de contas etc.

Conseguimos alcançar o que o Estado e a iniciativa privada jamais conseguiriam fazer porque teve implicação de dezenas de pessoas que abraçaram esse projeto, que acreditaram e continuam acreditando. E que tem um potencial incrível, inclusive de confluenciar com outros processos. Kasa Invisível é um exemplo disso, uma outra

⁹ Plataforma de financiamento coletivo de projetos.

ocupação autogestionada que utilizou o Estrela como precedente importante no processo de negociação — nadou na crista do Estrela, diríamos.

Assim, o Estrela também se coloca, sobretudo a partir do prêmio concedido pelo IPHAN, como uma possibilidade (ins-piração) que pode se espalhar por inúmeras capitais, cidades que possuem um sem-número de imóveis protegidos pelo patrimônio, tombados e que estão em situação de completo abandono, degradando-se, enquanto muitos artistas, produtores culturais, ativistas, coletivos, movimentos etc. encontram-se sem lugar para usar, criar, ter como sede e fazer cultura, arte, educação, produzir encontros, fortalecer teias, implicar a comunidade do entorno.

É uma grande inspiração o Espaço Comum Luiz Estrela, construção que envolve inclusive pessoas em situação de rua que passaram pelo espaço que carrega o nome de uma pessoa, Luiz Otávio Estrela, que teve trajetória de rua, assassinado durante as *Jornadas de Junho de 2013* (ver *Excursão Estelar in* Maia Mayer, 2015).

Falamos antes do grupo de teatro, que é a Trupe Estrela, e do Núcleo de Restauro e Memória, mas o Estrela tem também a Feirinha Estelar, com exposição de produtos orgânicos, artesanato, comida vegana e apresentações culturais. Tem ainda a *Afirmativa*, que oferece cursinho popular Pré-Enem e Pré-Encceja aos moradores do Novo São Lucas, que é uma comunidade periférica próxima ao Espaço. Tem o Sarau Comum, encontros de arte e poesia marginal, a Secretaria de Comunicação que pensa a comunicação do Espaço para dentro e para fora. O Núcleo de Permacultura e a Cozinha Comum, com pessoas que estão no Espaço desde o início, como Kenny Mendes, Silvia Herval e outras figuras que cuidam desde o jardim e o alimento, a infraestrutura do Espaço. O núcleo ligado a luta antimanicomial, {Criar, Cura?}, o Cine Estrela (Núcleo de Audiovisual), o Núcleo da Escola Comum... No carnaval, todes confluem no *Blocomum*.

São núcleos dinâmicos que reúnem pessoas que vão e vêm num espaço que é horizontal, descentralizado. As assembleias gerais ocorrem mensalmente, toda última quarta-feira do mês. Encontros em que representantes, pessoas desses Núcleos, se reúnem para discutir as questões gerais da autogestão do Espaço. Tem ainda uma pessoa jurídica, uma associação que foi criada ao longo desses anos para assumir a gestão do Espaço, cujo estatuto está em sintonia com nosso horizonte de construção. E no Estrela

as pessoas se desdobram, tanto na dimensão artística, como na dimensão ativista, de produção cultural, gestão etc. Todos os anos, por ocasião do seu aniversário, no dia vinte e seis de outubro, ao longo da semana ocorre o Festival de Primavera.

O Festival de Primavera de 2018, aniversário de 5 anos do Estrela, foi muito marcante, pois antecedeu a eleição do segundo turno que consagrou o fascismo à Presidência da República. Foi uma semana muito rica, com muitas atrações culturais (mais de trinta atividades e espetáculos) e fundamental para nos darmos conta daquele momento tão difícil: "A arte é o que resiste: ela resiste à morte, à servidão, à infâmia, à vergonha" (Deleuze, 1992, p. 215). O nosso contraponto a todo esse estado de coisas que nos leva muitas vezes ao sofrimento e adoecimento - físico e mental, foi criando esse espaço de encontro, produção, compartilhamento e trocas de afetos aqui no Espaço Comum Luiz Estrela, que nos oxigenou, nos fortaleceu e nos fortalece para seguir:

Pois de amor estamos todos precisados! Em dose tal que nos alegre, nos reumanize, nos dê paciência e esperança, força e capacidade de entender, perdoar, ir para frente! Amor que seja navio, casa, coisa cintilante, que nos vacine contra o feio, o triste, o mau, o absurdo e o mais que estamos vivendo e presenciando. O ódio manipula as massas, o amor vibra na multidão! (Trupe Estrela, 2015, s.p).



Figura 03 – Apresentação do espetáculo *Assembleia Comum* no FIT BH 2018, no baixo do Viaduto Santa Tereza. Fotografias: Moviola – Mídia Livre.

O Espaço Comum Luiz Estrela nos conduz ainda à necessidade de refletir sobre a superação dessa falsa dicotomia entre o micro e o macro. Como se essas resistências, as ocupações de moradia, os quilombos, as resistências em defesa da natureza urbana, tantas e tantas lutas, como se essas lutas estivessem em um campo micro. Ora, o que percebemos não só aqui neste casarão, mas nas outras lutas que fazem parte da nossa cartografia ativista, que essas lutas podem sim transbordar a escala local e a chamada dimensão micropolítica, afetar outros níveis, outras escalas que, a princípio, estariam nessa dimensão macropolítica. Importante observar que a micropolítica nem sempre é local, não diz respeito à escala, necessariamente, na verdade a micropolítica é transescalar (Rolnik, 2018). De toda forma, a micropolítica pode sim pautar e transformar a macropolítica.

Tudo se perde quando se reivindica o local contra o global. O local não é a alternativa tranquilizante à globalização, mas seu produto universal: antes de o mundo ter sido globalizado, o lugar onde moro era apenas o território familiar, ninguém o reconhecia como “local”. O local não é mais do que o reverso do global, seu resíduo, sua secreção, e não aquilo que pode fazê-lo explodir. Nada era local antes de poder ser arrancado daí a qualquer momento, seja por razões profissionais, médicas ou de férias. O local é o nome da possibilidade de uma partilha, combinada à partilha de uma despossessão. É uma contradição do global, à qual podemos ou não dar consistência. Cada mundo singular surge agora pelo que é: uma dobra no mundo, e não seu exterior substanciado. Encaminhar lutas como as do Vale de Susa, de Calcídica ou dos Mapuche, que recriaram um território e um povo com uma aura planetária, para a categoria enfim insignificante de “luta local” — do mesmo modo que há uma “dinâmica local” simpaticamente folclórica — é uma clássica operação de neutralização. Para o Estado, com o pretexto de que esses territórios estão situados em suas margens, trata-se de marginalizá-los politicamente. Quem, fora o Estado mexicano, ousaria qualificar a insurreição zapatista e a aventura que se seguiu como “luta local”? E no entanto haverá algo mais localizado do que essa insurreição armada contra os avanços do neoliberalismo, que inspirou até um movimento de revolta planetária contra a “globalização”? (Comitê Invisível, 2016, p. 226-227).

É evidente que a articulação, a conexão desses processos, não se reduz estritamente ao local. Elas podem tanto inspirar outros processos, outras lutas, como o exemplo concreto da Kasa Invisível, que tem o Estrela como inspiração e precedente

muito importante no processo de negociação e luta, mas também alcançar outras dimensões para além da articulação no nível das resistências.

O Espaço Comum Luiz Estrela, em 2017, roubou a cena no Teatro Municipal do Rio de Janeiro ao receber o prêmio do IPHAN, na cerimônia de oitenta anos da instituição, com uma intervenção performática na presença de milhares de pessoas do país inteiro. Uma intervenção contra tudo isso que estava ali na época — mais diretamente, contra o golpe. Foi um grande “Fora, Temer”, e aí vai dizer que isso é uma luta micropolítica adstrita à escala local?

Essa separação micro e macro não nos serve¹⁰. Um evento, um episódio, um estopim ou um aumento de vinte centavos pode ter repercussões e reverberações que nossa imaginação não alcança. Isso fortalece a aposta em torno dessas resistências porque, afinal, assim como sempre sustentaram os zapatistas, a transformação será *desde abajo*, desde aqueles e aquelas que constroem outras formas de viver e produzir, se relacionar e enfrentar *os maus governos*.

Acreditar no mundo é o que mais nos falta; nós perdemos completamente o mundo, nos desapossaram dele. Acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços-tempos, mesmo de superfície ou volume reduzidos. É o que você chama de pietàs. É ao nível de cada tentativa que se avaliam a capacidade de resistência ou, ao contrário, a submissão a um controle. Necessita-se ao mesmo tempo de criação e povo. (Deleuze, 1992, p. 218).

Em 2020, com a intermediação da Promotoria de Defesa do Patrimônio Histórico, conseguimos restabelecer a cessão de uso do casarão do Estrela pelo prazo de vinte anos, pois houve uma redução para cinco anos no final de 2017, por conta de uma mudança na legislação estadual. Ainda hoje temos que lutar perante a FHEMIG (Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais), proprietária do imóvel, para conseguir o reconhecimento do Espaço. Foram anos de muitas reuniões e ofícios para garantir a continuidade deste potente experimento em autogestão por mais 20 anos.

Aproveitamos a oportunidade para tocar num ponto ligado à organização do espaço e que vale para outros espaços autogestionados. Se fôssemos fazer um diagrama organizativo, talvez a melhor imagem seja de círculos concêntricos, círculos

¹⁰ *As práticas culturais da diáspora africana tendem a transgredir qualquer tentativa de ajuste em esquemas binários* (Rufino e Simas, 2018, p. 43).

concêntricos tracejados, desde um núcleo central (que não precisa ser tomado como centralizador), o qual compreende pessoas que estão mais orgânicas, no cotidiano, acompanhando o respectivo espaço comum, até outras órbitas que vão se afastando, conforme o nível de presença e envolvimento. A última órbita seria, digamos, mera simpatia ao espaço sem envolvimento direto nas tarefas de gestão:

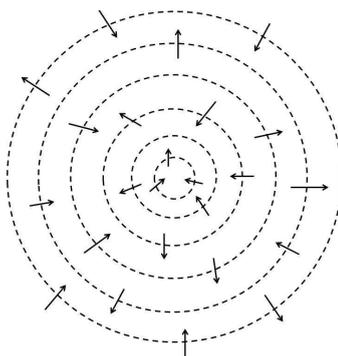


Figura 04 – Diagrama organizativo dos espaços comuns. Acervo pessoal, 2019.

Essa a imagem, com várias setas em todas as órbitas, setas no sentido centrífugo e no sentido centrípeto, que se aproximam e que se afastam, ou seja, pessoas que se envolvem mais, pessoas que se envolvem menos, conforme a localização na órbita desses círculos concêntricos. Vemos dessa forma a organização desses espaços comuns.

Círculos concêntricos, como as camadas de uma cebola, onde o menor contém o maior e o maior está contido no menor, num fluxo permanente e irresistível, há ressonâncias, vibrações, frequências. *Como uma pedrinha em um lago, que produz ondas de círculos concêntricos cada vez mais numerosas e ampliadas* (Carvalho, 2020, s.p). Esse diagrama ilustra essa fluidez, esse fluxo que irradia do centro para fora do círculo, mas também de fora para dentro. E pensamos que nessas resistências a intenção é ampliar cada vez mais essas linhas e esse espaço de envolvimento e afetação das pessoas na construção e organização desses espaços comuns. E digamos, quanto mais linhas, maior a teia de pessoas envolvidas ou que apenas apoiam a luta. Muitas pessoas vão, se afastam, e muitas pessoas novas chegam, outras se reaproximam. É a circularidade da vida. Enfim, gostamos dessa imagem dos círculos concêntricos para falar dos espaços comuns. Sobre o Estrela, é isso.

Referências

- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 15 abr. 2021.
- CARVALHO, José Jorge de. **A Reza Longa de Valdomiro Flores e Tereza Amarília Flores, Um Monumento da Literatura Oral Kaiowá**. IN: FLORES, Valdomiro; FLORES, Tereza Amarília; OLIVEIRA, Luciana de (org.) Ñe~e Tee Rekove/Palavra Verdadeira Viva. Belo Horizonte, Rumos Itaú Cultural/Selo PPGCOM-UFGM, 2020.
- COMITÊ INVISÍVEL. **Aos nossos amigos: crise e insurreição**. São Paulo: n-1 edições, 2016.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Tradução de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.
- HOOKS, bell. **Erguer a Voz**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.
- MAIA MAYER, Joviano Gabriel. **O comum no horizonte da metrópole biopolítica**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015.
- MOSÉ, Viviane (organização e apresentação). **Reino dos bichos e dos animais é meu nome / Stela do Patrocínio**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2001.
- PELBART, Peter Pál. **O avesso do niilismo: Cartografias do esgotamento**. 2. ed. São Paulo: n-1 edições, 2016.
- PELBART, Peter Pál. **Ensaio do assombro**. São Paulo: n1 edições, 2019.
- ROLNIK, Suely. **Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada**. São Paulo: n1 edições, 2018.
- SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos: modos e significações**. 348 Brasília: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, 2015.
- SOUZA, Françoise Jean de Oliveira; REIS, Glória; OLIVEIRA, Leônidas José de (org.). **A arte e a cidade: lugares e expressões teatrais de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte, 2015.

TRUPE ESTRELA. **Dramaturgia do espetáculo *Assembleia Comum***, Espaço Comum Luiz Estrela, Belo Horizonte, 2015.

TRUPE ESTRELA. **Dramaturgia do espetáculo *Escombros da Babilônia***, Espaço Comum Luiz Estrela, Belo Horizonte, 2017.

TRUPE ESTRELA. **Dramaturgia do espetáculo *Visita guiada: experimentos em torno de um casarão em movimento***, Espaço Comum Luiz Estrela, Belo Horizonte, 2018.